



Revista Internacional de
Folkcomunicação
E-ISSN: 1807-4960
revistafolkcom@uepg.br
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Brasil

Pinheiro, Júnior
Videoativismo e os Novos Movimentos Sociais no contexto da Folkcomunicação
Revista Internacional de Folkcomunicação, vol. 12, núm. 26, septiembre, 2014, pp. 78-93
Universidade Estadual de Ponta Grossa
Ponta Grossa, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=631768759007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Videoativismo e os Novos Movimentos Sociais no contexto da Folkcomunicação

Júnior Pinheiro¹

RESUMO

Em meio às manifestações da cultura popular, estão os movimentos sociais – formas genuínas de luta das classes subalternas por melhores condições de vida. Estes conflitos compartilham os mesmos espaços, no cotidiano das comunidades, com os demais elementos folclóricos, muitas vezes valendo-se dos mesmos, ou originando outros, a fim de estabelecer formas de resistência e sobrevivência cultural. Dentre as características dos Novos Movimentos Sociais, está o videoativismo – surgido na década de 1960 – o uso das ferramentas audiovisuais para registro de ações e difusão ideológica. Atualmente, graças aos avanços tecnológicos, o vídeo popular ganhou novo fôlego, exercendo importante papel nas recentes mobilizações ocorridas em várias partes do mundo. O estudo qualitativo que se segue valeu-se do método dialético e recorreu a fontes bibliográficas e documentais.

PALAVRAS-CHAVE

Novos Movimentos Sociais - Vídeo Popular - Folkcomunicação.

Video activism and the New Social Movements on the Folkcommunication context

ABSTRACT

Amid the manifestations of popular culture, social movements are genuine forms of struggle of the subaltern classes for better living conditions. These conflicts share the same spaces, in the daily life of communities, with other folk elements, often taking advantage of them, or creating others while establish forms of resistance and cultural survival. Among the features of the New Social Movements, there is the video activism – emerged in the 1960s – usage of audiovisual tools to record actions and ideological diffusion. Nowadays, due to technological advances, the popular video has gained new momentum, playing an important role in the recent mobilizations that occurred in many parts of the world. The following qualitative study drew on the dialectical method and resorted to bibliographic and documentary sources.

KEYWORDS

New Social Movements - Popular video - Folkcommunication.

¹ Júnior Pinheiro é discente no Mestrado em Comunicação e Culturas Midiáticas da UFPB, coordenador da TV UFPB. Sócio da INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação; da Rede FOLKCOM – Rede de Estudos e Pesquisa em Folkcomunicação e da ALAIC – Associação Latino Americana de Investigadores da Comunicação. Desenvolve pesquisas acerca das culturas populares e suas relações com o vídeo e a televisão. Contato: videologias@gmail.com

Introdução

Nos últimos anos, a chama que orientava as lutas sociais, no século XX – a qual se pensava estar adormecida – reacendeu sonhos utópicos de um amanhã melhor; fazendo surgir, em diversas partes, mobilizações que compartilham de um mesmo descontentamento: os rumos atuais do mundo, em mãos de uma sociedade capitalista, plutocrática e elitista.

É neste cenário globalizado, cujas relações sociais se dão permeadas de desconfiança e mediadas por suportes tecnológicos, que as redes sociais aparecem como ferramenta aglutinadora de indivíduos, em prol do bem comum. Embora cada um empunhe sua própria bandeira de reivindicações, a luta passa a ser de todos, quando todos se identificam com o ideal de mudança. O povo, que sempre buscou em seu cotidiano, ferramentas e meios de resistência e sobrevivência sociocultural, ganhou, com a chegada destas tecnologias, outras ferramentas de registro e difusão de seus saberes, tradições e lutas.

Em meio aos aparatos disponíveis, sem dúvida o vídeo, aliado às potencialidades das redes sociais, é a mídia radical com maior força nos processos de mobilização dos movimentos sociais. Utilizado por videoativistas, desde os anos 1960, o vídeo recentemente incorporou-se a outros dispositivos, transformando cada celular, cada notebook, ou câmera fotográfica num potencial meio de registro, edição e difusão de conteúdos audiovisuais.

A força do vídeo popular e suas potencialidades, oferecidas aos agentes folkcomunicaçãois, puderam ser sentidas nas manifestações ocorridas, desde o Oriente Médio à Europa, de *Wall Street* ao Brasil. Este grande fluxo de produção de conteúdo, alheio às lógicas do mercado, merece e precisa ser estudado, para uma melhor compreensão deste fenômeno.

Por um entendimento acerca dos Movimentos Sociais

Quando diversos indivíduos, ou entidades, possuem um interesse comum e se associam para atrair a atenção do Estado a determinadas questões, ou para reivindicar ações concretas capazes de atender certas demandas coletivas, ocorre um fenômeno sociopolítico e histórico compreendido como Movimento Social.

Estas tentativas coletivas de promover um interesse comum, fora da esfera das instituições estabelecidas, atuam e se fazem notar por meio de ações no campo jurídico ou de

manifestações públicas – que podem se dar de maneira pacífica ou de formas mais enérgicas, como resistências e ocupações de propriedades públicas ou particulares (GIDDENS, 2012).

Historicamente, os movimentos sociais estão vinculados a questões como condições de classe, etnias, minorias sociais. Ainda, podem estar atrelados às lutas políticas, trabalhistas, estudantis, campesinas ou ambientais.

As alterações sociais advindas após o fim da Idade Média modificaram não só as culturas locais e as relações pessoais como também puseram em xeque todo o sistema hierárquico vigente, o qual tinha como ponto cardeal a ideologia da aristocracia respaldada pelo poder da Igreja. A Revolução Industrial e o surgimento dos burgos e do proletariado, bem como a tomada de consciência permitida pelo conhecimento iluminista e pela sociologia dialética materialista, deu origem a diversos movimentos políticos e trabalhistas.

No Brasil, entre as primeiras manifestações desta natureza, haviam as que possuíam cunho messiânico e outras, direta ou indiretamente influenciadas pelos ideais revolucionários franceses, que buscavam a independência do país ou de regiões distintas, ou propunham a abolição da escravidão.

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, ocorreram no Brasil e na América Latina uma grande movimentação trabalhista – liderada por sindicatos e partidos comprometidos com ideais marxistas – como a Greve Geral de 1917, afora as lutas por melhores condições sociais e direitos civis das mulheres.

A sucessão de governos ditatoriais que se seguiu – seja o tenentismo populista da Era Vargas, seja a ditadura militar – não só pôs na clandestinidade os sindicatos, partidos e associações estudantis, como levaram seus integrantes à morte, ao exílio ou a prisão.

No final dos anos 1970, com a aceleração da abertura política, jovens lideranças sociais, dentro e fora da estrutura oficial, se somaram aos remanescentes, articulando ações de reestruturação das entidades políticas. Soma-se a isto o apoio conseguido junto a certos setores da Igreja, motivado pela sua franca oposição ao governo militar e ao modelo capitalista. As pastorais, sob inspiração da Teologia da Libertação, fortaleceram os movimentos sociais ao inseri-los nas pautas de discussão de suas ações populares e comunitárias, transformando os bairros em locais de articulação (RODRIGUES, 1991).

No final dos anos 1960, em meio ao processo de individualização e crises de sentido da modernidade, eclodem, em diversos países, revoltas estudantis, feministas, contraculturais e antibelicistas que levariam a uma reformulação nas formas de pensar e agir das ações revolucionárias, muito por conta do sentimento de suspeita acerca de toda organização burocrática

e pela oposição tanto à política liberal capitalista do Ocidente quanto à política stalinista do Oriente (HALL, 2005).

Em cena, os Novos Movimentos Sociais

Advindos num período de amplas transformações, que levaram a sociedade a uma era pós-industrial, os movimentos da segunda metade do século XX demonstraram uma simbólica rejeição às estruturas burocráticas tradicionais – como partidos e sindicatos.

Coletivamente, estas manifestações eclodidas no final da década de 1960 são chamadas de Novos Movimentos Sociais – por apresentarem outros paradigmas que divergem das formas anteriores. Espalhados por diversos países, a partir dos anos 1970, estes novos movimentos incluíram nas pautas políticas, não só os movimentos estudantis, trabalhistas e feministas, como acresceram questões vinculadas à qualidade de vida, o bem-estar animal e políticas afirmativas de identidade, diversidade de gênero e dos deficientes (GIDDENS, 2012).

Os Novos Movimentos Sociais, segundo Maria da Glória Gohn (1997), são ações coletivas que, embora não neguem a estrutura de classes, rompem com as visões funcionalistas e com o Marxismo tradicional. Antes, constituem-se em propostas cujas ênfases estão na diversidade cultural, na ideologia, na solidariedade e nas lutas sociais cotidianas. Desse modo, mudam-se as visões do poder e do sujeito e suas estruturas passam a ser coletivas, difusas e não hierarquizadas, onde os participantes aparecem como atores sociais e protagonistas.

Diante dos vários governos autoritários que ocuparam o poder na América Latina, nas últimas décadas do século XX, os Novos Movimentos Sociais despontaram de forma tardia na parte sul do continente. Somente a partir do final dos anos 1970 e nas décadas seguintes, questões como participação comunitária, assentamento, *favelização*, raça e gênero passaram a ocupar papel relevante nas pautas sociais.

Embora muito tenha se falado acerca de uma possível crise nos movimentos sociais, no Brasil dos anos 1990, Gohn (1997) afirma que, na verdade, faz-se necessário que se compreenda uma emergência de uma nova cultura política, mais democrática e participativa, baseada nos princípios da autonomia como forma de estratégia política dos movimentos populares.

De fato, embora haja a luta urbana pela construção de creches ou regularização de ocupações de terrenos ou prédios abandonados e articulação de ações voltadas à qualidade do transporte público, ocorre um fortalecimento das reivindicações nos espaços rurais, como

ocupações de terras e manifestações pela reforma agrária, além de movimentos ecológicos e étnicos – exigindo o reconhecimento e demarcação de comunidades indígenas e quilombolas.

O que se vê nos últimos anos, tanto de ponto de vista mundial, quando nacional, é uma retomada, um fortalecimento destes vários movimentos que se articulam e atuam em forma de redes, interligando-se, mobilizando-se e cooperando mutuamente, em diversas frentes. Contam, para isso, com as diversas potencialidades advindas com a cultura digital, como os dispositivos de produção imagética e as redes sociais.

Os novos movimentos sociais tendem a fazer um grande uso dos meios de comunicação de massa para gerar apoio – filmando seus próprios protestos, mostrando os vídeos na internet, organizando campanhas usando mensagens de texto e correio eletrônico (GIDDENS, 2012, p. 719).

Estes novos movimentos costumam usar uma variedade de formas de protesto – de denúncias e petições a festivais alternativos – contudo, algo que caracteriza seu repertório de ações é o uso de atos diretos, simbólicos e não violentos – o que permite aos movimentos sociais certa postura moral em relação às forças coercitivas do Estado, como exército e polícia.

As recentes mobilizações sociais no Brasil e no mundo

Nos últimos anos, ocorreu um fenômeno incomum há décadas: de forma contagiosa e concomitante, diversos movimentos sociais eclodiram em protestos e manifestações, ora pacíficas, ora nem tanto, em várias regiões do planeta.

Seja para depor regimes ditatoriais, como no Egito, Líbia, Iêmen ou Tunísia, seja exigindo novas posturas econômicas ou direitos sociais e trabalhistas – como na Espanha, Grécia, Chile, Rússia, Londres ou *Wall Street* – esta onda de mobilização global, portadora de uma consciência de solidariedade mútua, aponta para um descontentamento universal com o atual contexto sociopolítico. Uma crise geral que não está explodindo somente nos pontos fracos do sistema capitalista, mas até mesmo em locais considerados como países prósperos ou em rápido desenvolvimento e modernização.

O capitalismo global é um processo complexo que afeta diversos países de maneiras variadas, e o que unifica tantos protestos em sua multiplicidade é que são todas reações contra as múltiplas facetas da globalização capitalista. A tendência geral do capitalismo global atual é direcionada à

expansão do reino do mercado, combinada ao enclausuramento do espaço público, à diminuição de serviços públicos [saúde, educação, cultura] e ao aumento do funcionamento autoritário do poder político. (ŽIŽEK, 2013, p. 104)

Apesar das motivações aparentemente diversas, uma visão macro acerca da questão assinala que todos estão lidando com uma combinação de questões econômicas com outras de cunho político-ideológico, que incluem demandas voltadas à democracia e à participação. O pano de fundo seria uma crise social e financeira, que se agravou na última década, aliado ao esgotamento das formas de representação política (CARNEIRO, 2012).

Seja a Primavera Árabe, o *Occupy Wall Street* ou os Indignados da Espanha, a onda de manifestações trouxe à tona uma infinidade de agendas mal resolvidas e contradições, além de reascender utopias que se pensavam dormentes. Protagonizados majoritariamente por jovens cooptados por meio das redes sociais, estes movimentos, em diversos países, se valeram das mesmas formas de ação, utilizando comunicação alternativa e transformando praças, parques e espaços públicos em palcos de protesto.

Outra característica interessante e, em certa medida, surpreendente, é a forma como estes movimentos de articularam politicamente, de modo a evitar os espaços institucionais e burocráticos tradicionais, recusando partidos e sindicatos. Antes, propuseram organizações horizontais, com decisões colegiadas e sem personificação de lideranças.

Especificamente no Brasil, o aumento da renda e do poder de compra não resolveu problemas vinculados à falta de urbanidade, ou de políticas e espaços públicos voltados à produção cultural; nem tampouco saneou a precariedade de serviços públicos de educação, saúde ou sistemas de transporte público eficiente.

A globalização, para Ermínia Maricato (2013), infligiu ao país notáveis transformações demográfica, urbana, social e ambiental. A urbanização se interiorizou, levando os capitais globais e nacionais ao campo, subordinando o que encontrou pela frente: terras indígenas ou de quilombolas, e florestas.

Nestes últimos vinte anos, apesar da criminalização dos movimentos ocorridos nos espaços rurais do país, houve uma politização destes ambientes. Isto trouxe um fortalecimento dos movimentos voltados à reforma agrária, ao meio ambiente, à resistência de populações tradicionais à destruição de seus meios e modos de vida, e outros, como os de atingidos por barragens.

Concomitantemente, após a grande profusão de movimentos trabalhistas dos anos 1970 e 1980 e as mobilizações políticas, que culminaram com as Diretas Já e ainda reverberaram nos Caras

Pintadas, poucos movimentos sociais de grandes proporções ocuparam os espaços urbanos do país, talvez por conta da tão alardeada estabilidade econômica pós Plano Real.

A realização de megaeventos esportivos no país, entretanto – e as consequências sociais desastrosas provocadas pelos interesses comerciais e políticos a eles atrelados – despertou uma tomada de consciência em certos grupos, que se valeram das redes sociais para mobilizar adeptos e engrossar as fileiras de movimentos pontuais pré-existentes.

Um exemplo é o Movimento Passe Livre. Organização autônoma e sem hierarquias, o MPL, ator em maior evidência na primeira fase das Jornadas de Junho, existe desde 2005, fruto das revoltas protagonizadas em Salvador, Florianópolis e outras cidades do interior do Brasil, contra o aumento das tarifas de transporte público ocorridas em 2003.

Em tempo, não se pode ignorar a influência mundial da Primavera Árabe, iniciada em 2011 e cuja repercussão pode ser comparada ao Maio de 1968. O movimento ocorrido em países do Oriente Médio abriu novos espaços públicos para a participação popular. Antes proibidas, multidões ocuparam praças para derrubar ditaduras.

Ainda no campo dos NMS, outra forma de mobilização que influenciou as Jornadas de Junho, sobretudo por conta da lógica de organização em rede e ocupação de espaços públicos, foram as experiências dos *Occupies* – movimento global, de estudantes e trabalhadores, cujas formas de protesto preveem acampamentos em áreas públicas com o intento de atrair atenções à desigualdade econômica. Iniciado em 2011, com o *Occupy Wall Street*, espalhou-se por centenas de cidades do mundo e, recentemente, voltou à carga com o Ocupe Estelita, movimento político, artístico e cultural, contrário à especulação imobiliária nas áreas históricas de Recife.

Aliás, especulações, provenientes de empreiteiras e consórcios imobiliários, têm atuado como um verdadeiro rolo compressor sobre comunidades em situação de risco por todo o país, realizando um trabalho de higienização das ameaças à ordem e à moral e maximizando o lucro destas empresas, muitas das quais são financiadoras de campanhas políticas.

Desse modo, toda forma de manifestação social, que se posicione contra os interesses hegemônicos, encontram resistência do Estado e da Polícia Militar – seu braço violento e abusivo que ainda age dentro da lógica do regime de exceção, mostrando-se deveras agressivo contra a população não proprietária, evidenciando o modelo patrimonialista da elite brasileira.

O Poder Público vê na expansão imobiliária um sinal de desenvolvimento e nos desajustados um problema. Vítimas da desigualdade social, eles são alçados à posição de inimigos da modernização dos espaços urbanos e, por isso, são lançados para além dos limites de sua situação social já precária. São exemplos recentes deste tipo de arbitrariedade as reintegrações de

posses da Cracolândia, no centro de São Paulo; do Pinheirinho, em São José dos Campos, onde moravam quase 1.600 famílias; e da pacificação de favelas, no Rio de Janeiro.

Sem buscar o diálogo, nem apresentar soluções aceitáveis, o Estado autorizou as desocupações que, por sua vez, encontraram resistência na atuação dos Novos Movimentos Sociais, que não só se organizaram para apoiar os moradores, como se valeram das mídias digitais para provocar a comoção pública e desmentir a versão oficial veiculada pela mídia.

Cotidiano, cultura popular e formas de resistência

O cotidiano é parte intrínseca da vida de todo indivíduo. Ao nascer, cada ser social já se encontra inserido na cotidianidade, não conseguindo se desligar inteiramente dela. Entretanto, o cotidiano, enquanto campo de construção histórica, pode ser modificado pela ação dos sujeitos, por meio de suas relações com as estruturas sociais. Para Agnes Heller (2004), a vida cotidiana é heterogênea e cada ser social se relaciona com ela de forma particular e de forma genérica; nos aspectos de sua individualidade e personalidade – como capacidade intelectual, sentimentos, ideias e ideologias – como também nos aspectos coletivos e culturais.

É no âmbito da vida cotidiana que cada indivíduo se percebe enquanto ser singular. É também nos processos da cotidianidade – linguagem, trabalho, interação, vida política, entre outros – que o sujeito desenvolve consciência de sua realidade, por meio de dinâmicas singulares, como também por questões de classe.

Após a tomada de consciência individual, o sujeito, ao travar contato com ideologias que se relacionem com sua realidade, passa a integrar comunidades e grupos sociais e políticos.

Na vida cotidiana, na fábrica ou outros espaços coletivos, ao se relacionarem entre si e constituírem grupos, os indivíduos percebem a identidade das suas situações. A situação percebida como individual agora é vista como coletiva, comum. Ao identificar as semelhanças nas condições de vida, ou de algum aspecto dela, os indivíduos podem desenvolver uma *identidade* e uma *consciência reivindicatória*, que deriva numa *ação grupal reivindicatória*. (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p.103)

É no cotidiano que se dão os movimentos sociais, as mobilizações reivindicatórias e as lutas de classe. Ainda, é também a vida cotidiana o ambiente nato da cultura popular e seus saberes, práticas, crenças, folguedos e manifestações artísticas, religiosas e de resistência. Por se tratar de uma cultura viva, estes elementos folclóricos são os responsáveis pela manutenção das

tradições, dos costumes e do espírito comum, pilar do sentimento comunitário. E é este tornar comum, presente nas relações sociais mediadas pela cultura popular, que transmite, comunica, compartilha alegrias, dificuldades e lutas, aglutinando indivíduos em torno de um bem coletivo.

Enquanto manifestações populares autênticas, os movimentos sociais representam interesses coletivos de um grupo, ou comunidade e, por isso, são parte integrante da cultura popular, estando, em muitos casos, tão arraigados aos seus elementos tradicionais que acabam por entrelaçar as questões ideológicas com folclóricas, originando manifestações com características de resistência que reafirmam identidades. Apesar de não serem esteticamente tão atraentes como os festejos e folguedos, os movimentos sociais são integrantes da cultura popular, pois representam a voz do povo e geralmente estão vinculados aos públicos excluídos e minorias.

Como bem pontuou Luiz Beltrão (1980) – que no final dos anos 1960 realizou pioneiros estudos acerca da Folkcomunicação – o povo, desde sempre, desenvolve suas próprias formas de expressão e transmissão de mensagens, informações, ideias, opiniões e acontecimentos. Para tanto, se vale dos elementos e tradições da cultura popular e das ferramentas disponíveis no ambiente em que vivem e em seu cotidiano.

Estas formas de expressão e seus agentes, direta ou indiretamente ligados ao folclore, mostram-se então como meios alternativos de comunicação e formas criativas de resistência e sobrevivência cultural dos grupos existentes às margens da cultura hegemônica e da comunicação midiática.

Instrumento de resistência das classes subalternas, a comunicação popular se fortalece frente à falta de espaços afirmativos na grande mídia voltados às disputas por justiça, igualdade de direitos e melhores condições de vida. Espaço de participação democrática, estes meios alternativos abrem portas ao protagonismo, à autonomia e à emancipação política das minorias.

A cultura popular e a cultura de massa coexistem no cotidiano e, por vezes, se entrelaçam. Entretanto, para John Downing (2004), quando o indivíduo desenvolve uma consciência crítica acerca das mensagens da mídia de massa, processando, redefinindo e ressignificando seu conteúdo, surge em cena uma cultura de oposição, espaço profícuo para os meios alternativos de comunicação.

A estes meios alternativos, o autor denomina mídia radical, formas de expressão de oposição, abertas ou veladas, nas culturas populares, cujo intento maior é propor ao seu público o debate, a crítica e a ação. Segundo Downing (2004), a cultura popular é a matriz da mídia radical alternativa, que não se limita apenas aos meios de comunicação tecnológicos, mas engloba formas de arte popular advindas das periferias urbanas, como também da zona rural.

Esta comunicação alternativa, desenvolvida por públicos marginalizados urbanos ou rurais, assumiu historicamente diversos contornos, variando de acordo com as tradições, os meios e as ferramentas acessíveis. Organismo vivo, a cultura popular está em constantes negociações com outros aspectos da vida social e, naturalmente, sofre mutações, adaptações e evoluções, muito por conta da incorporação de novos meios e modos de expressão às essências e práticas já existentes.

No Brasil, o entendimento do que seria comunicação popular e comunitária, durante muitos anos, se restringiu a meios elementares e artesanais de expressão. Contudo, o desenvolvimento tecnológico, a democratização da sociedade e a mobilização civil criaram novas possibilidades para as manifestações comunicacionais (PERUZZO, 2007); inclusive para as comunidades étnicas e periféricas, além de ampliar as potencialidades de ação e protagonismo de ONGs e dos movimentos sociais voltados para políticas culturais, afirmativas ou sindicais.

Valendo-se das ferramentas disponíveis, as comunidades e organizações sociais desenvolveram meios de comunicação próprios, alternativos à mídia hegemônica, como literatura de cordel, panfletos, jornais sindicais e de bairro ou fanzines. A partir de anos 1970, o maior acesso às ferramentas tecnológicas ampliaram as potencialidades comunicacionais. É a partir deste período que o radialismo comunitário e, posteriormente, o vídeo popular passaram a fazer parte das estratégias dos referidos grupos. Mas é com o advento do digital e da internet que as possibilidades seriam, de fato, multiplicadas.

A tecnologia digital e as novas potencialidades do vídeo popular

Os avanços tecnológicos do pós-guerra modificaram consideravelmente as formas de produção de conteúdo e informação, transformando o cotidiano num território de audiovisuais, onde tudo se tornou passível de ser registrado pelas lentes de filmadoras.

Os avanços tecnológicos, não só reduziram o tamanho e custo dos dispositivos audiovisuais, como os incorporou a outros equipamentos, como telefones móveis, relógios, computadores portáteis e até brinquedos. Este processo ampliou o acesso às tecnologias a faixas mais amplas da sociedade e viabilizou o crescimento da oferta de canais, produtos, serviços e conteúdos, alçando o vídeo da posição de coadjuvante da produção televisual à condição de meio de comunicação, com vida e linguagem próprias.

Nos últimos trinta anos, tem se acentuado o uso do vídeo pelos movimentos sociais. A prática, contudo, não é recente: as primeiras experiências datam do final dos anos 1960, na Europa e começo da década de 1970, nos Estados Unidos, quando o vídeo, uma ferramenta mais barata e

de manuseio mais simples, substituiu os filmes de 08 e 16 mm enquanto instrumento de registro social, incrementando a prática do que se convencionou chamar de videoativismo.

O videoativista, protagonista neste contexto, é alguém que, de acordo com Thomas Harding (2001), usa o vídeo como forma de luta pela justiça social ou proteção ambiental. Em suas mãos, uma câmera torna-se um poderoso instrumento político, capaz de promover uma conscientização comunitária ou denunciar questões que vão do descaso do Estado com saúde e qualidade de vida, até abusos da força policial contra manifestantes ou comunidades frágeis.

No Brasil, o uso do vídeo pelos movimentos sociais se inicia nos anos 1980, quando ativistas da comunicação comunitária, militantes sindicais, religiosos e universitários envolvidos com organizações sociais, passaram a se valer do suporte audiovisual para promover a mobilização, o debate e a formação política de seus grupos e comunidades. Além disso, exibiam versões alternativas das notícias veiculadas pela grande mídia. Estas práticas deram origem aos movimentos de Vídeo Popular e às Tevês de Ruas.

Nos anos 1980, embora ainda não fosse tão acessível às camadas populares, o vídeo revolucionou as formas de se fazer comunicação independente e alternativa no Brasil, dando maior dinâmica e amplitude às mensagens da mídia radical. Por seu alto custo, seu uso, neste período, estava atrelado às Pastorais e às Comunidades Eclesiais de Base, aos sindicatos e coletivos de videoartistas. Estes grupos cediam os equipamentos e fomentavam a produção, além de realizar oficinas de capacitação, que incentivavam a leitura crítica das mensagens midiáticas e transmitiam técnicas de filmagem e edição.

Muitos são os predicados do vídeo que atraíram os movimentos sociais. Luiz Fernando Santoro (1989) pontua algumas delas, tais como a facilidade operacional; o baixo custo; um público definido; a independência na produção; a facilidade de monitoração, cópia, armazenamento e a não existência de condições especiais para exibição.

Boa parte das produções era exibida em telões, durante reuniões de associações de moradores, de sindicatos ou em praças públicas. Os conteúdos eram geralmente voltados a conscientização política ou à educação sexual, ambiental e cidadã. Por isso, seguiam-se aos filmes, debates, palestras e conversas, num minucioso e efetivo trabalho de formação.

Quando, nos final dos anos 1990 e primeiros anos da década seguinte, os formatos digitais – MiniDV, Digital-8 e DVD – substituíram os formatos analógicos domésticos utilizados nas décadas passadas – VHS, Betamax, Vídeo8mm e Vídeo2000 – trouxeram consigo outras potencialidades que ampliaram as características apontadas por Santoro. Os novos formatos possuíam maior qualidade

de imagem e som e permitiram a diminuição dos equipamentos e uma maior vida útil das mídias de gravação e baterias.

Outro fator importante foi a fusão entre o audiovisual e a computação. Esta relação ampliou as possibilidades de edição e facilitou a armazenagem, cópia e distribuição dos materiais. A evolução da informática reduziu custos, ofertando aos movimentos as ferramentas que, anteriormente, só estavam acessíveis às produtoras e emissoras de televisão. Ainda, a internet trouxe consigo recursos ao videoativismo que vão desde o maior acesso à capacitação, formação e informação técnica, como também a maior facilidade de troca de conteúdo.

O vídeo popular nos recentes movimentos sociais

Os movimentos sociais, ocorridos nos últimos anos, fizeram grande uso das ferramentas audiovisuais, tanto como meio de mobilização e formação política, como também para registrar suas ações e contrapor, por meio destes, as versões veiculadas pelas emissoras de televisão. Assim, tanto a Primavera Árabe, como os movimentos ocorridos na Grécia ou Espanha, os vários *Occupies* pelo mundo ou as Jornadas de Junho se valeram do vídeo popular como forma de resistência e difusão de mensagens.

Especificamente no caso das mobilizações que encheram as ruas do Brasil, em junho de 2013, era possível perceber, por meio de cartazes empunhados, que os jovens manifestantes se consideravam sem voz e representação na mídia hegemônica. Para Venício Lima (2013), a voz destes jovens, com suas indignações e questionamentos, não se expressa, nem é ouvida publicamente. Até mesmo as redes sociais, por si só, não garantem a inclusão dos mesmos, nem tampouco de outros segmentos da população brasileira, no debate público, cujo monopólio é exercido pelos conglomerados midiáticos.

O modelo do sistema político encontra-se em crise, em parte por não ter conseguido corresponder aos anseios da sociedade, principalmente das novas gerações. Ao realizar apenas pequenas concessões e empreender esforços mínimos para concretizar as reformas tão esperadas, esse paradigma possibilitou a manutenção das velhas estruturas e desigualdades.

Os problemas enfrentados pelos movimentos urbanos, envolvidos nesses atos políticos, não são pontuais. De acordo com Leonardo Sakamoto (2013), eles ocorrem em decorrência de um modelo de desenvolvimento que explora o trabalho, concentra a renda, favorece classes de abastados e deprecia ou privatiza a coisa pública com a convivência interesseira da mídia.

Ao esgotamento das instituições tradicionais e a crise de representação política e partidária somam-se a crescente ausência de sintonia entre a mídia e o espírito do tempo da maioria da população brasileira. Presa ainda a velhos formatos e estereótipos, a mídia praticamente não oferece espaços para o debate afirmativos sobre minorias, questões étnicas, participação política, justiça social, direitos humanos e outros pontos de interesse público.

Considerando a sensação de exclusão e de falta de representação, é possível compreender a violenta hostilidade dos jovens manifestantes contra equipes e veículos pertencentes às empresas de comunicação, durante as manifestações.

Os ativistas não só externaram seu descontentamento com a mídia hegemônica e elitista. Eles também se empenharam em produzir suas próprias notícias. Valendo-se das ferramentas de produção audiovisual, realizaram extensa e alternativa cobertura de suas ações, transmitindo, ao vivo, seus eventos e construindo narrativas diferenciadas da grande mídia, com versões mais completas e sem edição. Estes vídeos espalharam-se pelas redes sociais, numa dinâmica conhecida, no meio virtual, como *viralização*. Em tempo, foram utilizados também pelos telejornais – muitos dos quais não conseguiam entrar com suas equipes nos locais das manifestações.

Dentre os diversos coletivos de videoativistas e midiativistas presentes nas Jornadas de Junho, talvez o maior destaque seja o da Mídia Ninja - Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação – e seu principal braço audiovisual, a *PósTV*. Surgida em 2011, enquanto um projeto do Coletivo Fora do Eixo, a *PósTV* se destinava a transmitir, via *streaming* de internet, eventos artísticos e socioculturais, além de debates políticos, organizados pelo coletivo em todo o Brasil. Das experiências de produção e transmissão audiovisual em multiplataformas, surgiu o grupo conhecido como Mídia Ninja, cuja atuação foi marcante em junho de 2013.

Durante os eventos, o coletivo organizou equipes formadas por cinegrafistas e fotógrafos, munidos de câmeras, notebooks e *smartphones* com internet 3G, a fim de registrar e transmitir as manifestações a partir de um olhar endógeno. Como resultado, a construção de uma narrativa participante, diferente das transmissões realizadas pelas emissoras de televisão, sempre sob o ponto de vista externo, com imagens feitas do alto de prédios e de helicópteros. Estes conteúdos, ao tempo em que eram veiculados pela plataforma *UStream*, eram publicados no site da própria *PósTV* e em sites de distribuição, como o *Youtube* e compartilhados por redes sociais.

Com o tempo, novos incrementos foram incorporados às transmissões. A fim de evitar a perda de sinal, comum nas redes móveis 3G, o coletivo passou a solicitar aos moradores das vias onde ocorriam as manifestações que deixassem seus sinais de *wi-fi* abertos, para que as transmissões não fossem inviabilizadas. Para melhorar a qualidade das transmissões, as equipes

substituíram as webcams e o *UStream* por *smartphones* 4G e pelas ferramentas *Twitcasting* e *Hangout On Air*. A primeira permite o envio de comentários e perguntas dos espectadores, durante a transmissão. Já a segunda, uma ferramenta da família Google, possui um *software* próprio que faz com que o vídeo da transmissão seja automaticamente gravado no *Youtube* e disponibilizado em contas da rede social G+.

Com a ampliação das ações das jornadas a diversos estados, a Mídia Ninja buscou colaboradores nas principais cidades do país, capacitando-os a atuar de forma semelhante ao das equipes que já estavam engajadas – montando uma rede de cobertura com alcance nacional.

Estes movimentos, ocorridos em época de cultura digital, possuem fortes estratégias de mobilização, baseada nos usos das novas tecnologias. Para estes midiativistas, essas tecnologias de comunicação não são apenas ferramentas de descrição, mas de construção e reestruturação da realidade. “Quando alguém atua através de uma dessas redes, não está simplesmente reportando, mas também inventando, articulando, mudando. Isto, aos poucos, altera também a maneira de se fazer política e as formas de participação social.” (SAKAMOTO, 2013, p.95).

Considerações finais

Graças à cobertura e às transmissões da Mídia Ninja, a sociedade pode conhecer o outro lado das notícias veiculadas pela mídia hegemônica, que tentavam, a todo custo, impingir aos ativistas o estigma de vândalos e baderneiros. Imagens dos abusos de poder da polícia militar e de seus batalhões de choque correram o mundo, gerando repercussão internacional. Cenas em que policiais tentam gerar um falso flagrante para incriminar um jovem ou imagens de bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha atiradas dentro das casas dos moradores locais, ou contra manifestantes, que fugiam, desarmados, reforçaram o quanto os braços coercitivos do Estado são despreparados para lidar com este tipo de situação.

O videoativismo, presente nos movimentos ocorridos em todo o mundo e principalmente o trabalho colaborativo de transmissão e registro realizado pela Mídia Ninja, durante as Jornadas de Junho, demonstram claramente que o povo continua se valendo dos aparatos que possuem para gerar consciência, mobilização e resistência, frente à cultura e ideologia hegemônicas, propagadas pelas elites e veiculadas pela mídia comercial a seu serviço.

Dentre os trabalhos disponíveis no *Youtube*, chamam a atenção também, o grande número de filmes realizados a partir da montagem videográfica e de redublagens dos conteúdos das emissoras de televisão, ações somente permitidas pelas tecnologias atuais. Todo este trabalho

de incorporação e ressignificação das mensagens televisuais – consideradas pelos ativistas como tendenciosas – não só demonstram que o vídeo popular se mantém como ferramenta vital para se confrontar a ética midiática, como também surge como um meio de achincalhar os formatos antigos e comprometidos de se fazer notícia. Se nem Estado e nem polícia souberam como lidar com estes movimentos, tampouco o soube as emissoras de tevê.

Como parte de um organismo vivo, as estratégias de sobrevivência da cultura popular continuam subvertendo a ordem vigente e imposta, ao tempo em que formula sua própria mensagem, sua própria agenda de debates e interesses.

Referências

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação**: A comunicação dos marginalizados. São Paulo: Cortez, 1980.

CARNEIRO, Henrique Soares. Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, David (Org.). **Occupy**: Movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2012.

DOWNING, John. **Mídia Radical**: Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: SENAC, 2004.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Porto Alegre: Penso, 2012.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HARDING, Thomas. **The video activist handbook**. Londres: Pluto Press, 2001.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LIMA, Venício. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: _____. (Org.). **Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

PERUZZO, Círcia Maria Krohling. **Televisão Comunitária**: Dimensão pública e participação cidadã na mídia local. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: BOITO

JR, Armando (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SAKAMOTO, Leonardo. Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.

SANTORO, Luiz Fernando. **A imagem nas mãos**: O vídeo popular no Brasil. São Paulo: Summus, 1989.

ŽIŽEK, Slavoj. Problemas no Paraíso. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013.